

# **Demonstrações financeiras**

## **Tangará Energia S.A.**

31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente

# Tangará Energia S.A.

## Demonstração Financeira

31 de dezembro de 2025

### Índice

|  |    |
|--|----|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras ..... | 1  |
| Balanço patrimonial .....  | 4  |
| Demonstração do resultado .....  | 6  |
| Demonstração do resultado abrangente .....                                 | 7  |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....                      | 8  |
| Demonstração dos fluxos de caixa .....                                     | 9  |
| Contexto operacional .....   | 10 |
| Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras .....      | 13 |
| Caixa e equivalentes de caixa .....  | 17 |
| Contas a receber de clientes .....   | 17 |
| Impostos e contribuições a recuperar .....                                 | 18 |
| Investimentos .....  | 19 |
| Imobilizado .....  | 20 |
| Uso de bem público - UBP .....   | 23 |
| Ativo de direito de uso e Arrendamento .....                               | 24 |
| Contas a pagar e Fornecedores .....  | 25 |
| Empréstimos e financiamentos .....   | 26 |
| Obrigações tributárias .....   | 28 |
| Provisão para demandas judiciais .....                                     | 28 |
| Patrimônio líquido .....   | 30 |
| Receita operacional líquida .....  | 32 |
| Custos e despesas operacionais .....                                       | 33 |
| Resultado financeiro .....   | 34 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente .....                      | 35 |
| Transações com partes relacionadas .....                                   | 37 |
| Cobertura de seguros .....   | 39 |
| Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco .....                    | 39 |
| Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa .....           | 43 |
| Eventos subsequentes .....   | 43 |



**Shape the future  
with confidence**

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas e Diretores da  
**Tangará Energia S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Tangará Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future  
with confidence**

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future  
with confidence**

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho  
Contador CRC SP-294991/O

## Tangará Energia S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

|  | Notas | 2025           | 2024           |
|--|-------|----------------|----------------|
| <b>Ativo</b>                           |       |                |                |
| <b>Circulante</b>                      |       |                |                |
| Caixa e equivalentes de caixa          | 3     | 12.134         | 134.429        |
| Contas a receber de clientes           | 4     | 5.135          | 17.257         |
| Contas a receber - Partes relacionadas | 19    | 22.202         | 12.511         |
| Despesas antecipadas                   |       | 675            | 388            |
| Estoques                               |       | 1.481          | 1.210          |
| Impostos e contribuições a recuperar   | 5     | 20.269         | 14.867         |
| Dividendos a receber                   | 19    | -              | 3.174          |
| Adiantamentos a fornecedores           |       | 4.819          | 3.937          |
| Outras contas a receber                |       | 2.508          | 1.928          |
| <b>Total do ativo circulante</b>       |       | <b>69.223</b>  | <b>189.701</b> |
| <b>Não circulante</b>                  |       |                |                |
| Mútuos a receber                       | 19    | -              | 1.500          |
| Depósitos judiciais                    |       | 280            | 237            |
| Investimentos                          | 6     | -              | 10.140         |
| Imobilizado                            | 7     | 122.022        | 156.278        |
| Uso de bem público - UBP               | 8     | 38             | 103            |
| Ativo de direito de uso                | 9     | 283            | 471            |
| <b>Total do ativo não circulante</b>   |       | <b>122.623</b> | <b>168.729</b> |
| <b>Total do ativo</b>                  |       | <b>191.846</b> | <b>358.430</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Tangará Energia S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

|   | Notas | 2025           | 2024           |
|---|-------|----------------|----------------|
| <b>Passivo</b>                                  |       |                |                |
| <b>Circulante</b>                               |       |                |                |
| Contas a pagar e Fornecedores                   | 10    | 6.553          | 9.557          |
| Contas a pagar - Partes relacionadas            | 19    | 8.919          | 327            |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures        | 11    | -              | 32.712         |
| Passivo de arrendamento                         | 9     | 191            | 208            |
| Uso de bem público - UBP                        | 8     | 272            | 13             |
| Obrigações sociais e trabalhistas               |       | 69             | 269            |
| Impostos e contribuições a recolher             | 12    | 4.346          | 974            |
| Dividendos a pagar                              |       | -              | 177            |
| Outras contas a pagar                           |       | 244            | 17             |
| <b>Total do passivo circulante</b>              |       | <b>20.594</b>  | <b>44.254</b>  |
| <b>Não circulante</b>                           |       |                |                |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures        | 11    | -              | 222.267        |
| Passivo de arrendamento                         | 9     | 137            | 305            |
| Impostos diferidos                              | 18    | 6.170          | 7.680          |
| Provisão para demandas judiciais                | 13    | -              | 90             |
| <b>Total do passivo não circulante</b>          |       | <b>6.307</b>   | <b>230.342</b> |
| <b>Patrimônio líquido</b>                       |       |                |                |
| Capital social                                  | 14    | 220.337        | 151.476        |
| Reserva de capital                              |       | 17.758         | 17.758         |
| Reserva de incentivos fiscais                   |       | 8.853          | 8.853          |
| Ajuste de avaliação patrimonial                 |       | (5.481)        | (597)          |
| Prejuízos acumulados                            |       | (76.522)       | (93.656)       |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>              |       | <b>164.945</b> | <b>83.834</b>  |
| <b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b> |       | <b>191.846</b> | <b>358.430</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Tangará Energia S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

|   | Notas | 2025          | 2024             |
|---|-------|---------------|------------------|
| Receita operacional líquida                                     | 15    | 134.121       | 201.848          |
| Custo de geração de energia                                     | 16    | (99.229)      | (121.349)        |
| <b>Lucro bruto</b>  |       | <b>34.892</b> | <b>80.499</b>    |
| <b>Receitas (despesas) operacionais</b>                         |       |               |                  |
| Despesas administrativas e gerais                               | 16    | (2.136)       | (1.516)          |
| Resultado com equivalência patrimonial                          | 6     | 1.224         | 2.644            |
| Outras receitas e despesas operacionais                         |       | (1.586)       | (3.131)          |
|   |       | (2.498)       | (2.003)          |
| <b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>          |       | <b>32.394</b> | <b>78.496</b>    |
| <b>Resultado financeiro</b>                                     |       |               |                  |
| Receitas financeiras  | 17    | 11.354        | 5.860            |
| Despesas financeiras  | 17    | (30.001)      | (54.601)         |
|   |       | (18.647)      | (48.741)         |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b> |       | <b>13.747</b> | <b>29.755</b>    |
| <b>Imposto de renda e contribuição social</b>                   |       |               |                  |
| Corrente  | 18    | (3.006)       | -                |
| Diferido  | 18    | 1.509         | 815              |
|   |       | (1.497)       | 815              |
| <b>Lucro líquido das operações continuadas</b>                  |       | <b>12.250</b> | <b>30.570</b>    |
| <b>Operações descontinuadas</b>                                 |       |               |                  |
| Lucro (prejuízo) após os tributos de operações descontinuadas   |       | -             | (135.756)        |
| <b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>                    |       | <b>12.250</b> | <b>(105.186)</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Tangará Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

|   | <u>2025</u>          | <u>2024</u>             |
|---|----------------------|-------------------------|
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício             | 12.250               | (105.186)               |
| <b>Total do resultado abrangente do exercício</b> | <b><u>12.250</u></b> | <b><u>(105.186)</u></b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Tangará Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

| Notas                                     | Capital social | Reservas de lucros |               |                    |                               |                | Ajuste de avaliação patrimonial | Lucro (prejuízos) acumulados | Total    | Participação de não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|----------------|--------------------|---------------|--------------------|-------------------------------|----------------|---------------------------------|------------------------------|----------|-----------------------------------|-----------------------------|
|   |                | Reserva de capital | Reserva legal | Retenção de lucros | Reserva de incentivos fiscais |                |                                 |                              |          |                                   |                             |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>    | 951.241        | 17.758             | 6.590         | 41.289             | 8.784                         | 4.287          | -                               | 1.029.949                    | 23       | 1.029.972                         |                             |
| Aumento de capital                        | 14 72.918      | -                  | -             | -                  | -                             | -              | -                               | 72.918                       | -        | 72.918                            |                             |
| Redução de capital                        | 14 (872.683)   | -                  | -             | -                  | -                             | -              | -                               | (872.683)                    | -        | (872.683)                         |                             |
| Operações descontinuadas                  | -              | -                  | -             | -                  | -                             | -              | -                               | -                            | (23)     | (23)                              |                             |
| Ajuste de avaliação patrimonial           | -              | -                  | -             | -                  | -                             | (4.884)        | 4.884                           | -                            | -        | -                                 |                             |
| Dividendo para os controladores           | 19 -           | -                  | -             | (41.232)           | -                             | -              | -                               | (41.232)                     | -        | (41.232)                          |                             |
| Imposto sobre a reavaliação positiva      | -              | -                  | -             | -                  | 68                            | -              | -                               | 68                           | -        | 68                                |                             |
| Absorção dos prejuízos                    | -              | -                  | (6.590)       | (57)               | -                             | -              | 6.647                           | -                            | -        | -                                 |                             |
| Prejuízo do exercício                     | -              | -                  | -             | -                  | -                             | -              | (105.186)                       | (105.186)                    | -        | (105.186)                         |                             |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>    | <b>151.476</b> | <b>17.758</b>      | <b>-</b>      | <b>-</b>           | <b>8.852</b>                  | <b>(597)</b>   | <b>(93.655)</b>                 | <b>83.834</b>                | <b>-</b> | <b>83.834</b>                     |                             |
| Aumento de capital                        | 14 80.258      | -                  | -             | -                  | -                             | -              | -                               | 80.258                       | -        | 80.258                            |                             |
| Redução de capital com devolução em ações | 14 (11.397)    | -                  | -             | -                  | -                             | -              | -                               | (11.397)                     | -        | (11.397)                          |                             |
| Ajuste de avaliação patrimonial           | 14 -           | -                  | -             | -                  | -                             | (4.884)        | 4.884                           | -                            | -        | -                                 |                             |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício     | -              | -                  | -             | -                  | -                             | -              | 12.250                          | 12.250                       | -        | 12.250                            |                             |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>    | <b>220.337</b> | <b>17.758</b>      | <b>-</b>      | <b>-</b>           | <b>8.852</b>                  | <b>(5.481)</b> | <b>(76.521)</b>                 | <b>164.945</b>               | <b>-</b> | <b>164.945</b>                    |                             |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Tangará Energia S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

|  | Notas  | 2025             | 2024      |
|--|--------|------------------|-----------|
| <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>  |        | <b>13.747</b>    | 29.755    |
| <b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das operações descontinuadas</b>        |        | -                | (135.756) |
| <b>Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa</b> |        |                  |           |
| Depreciação do ativo imobilizado e Amortização de Mais-Valia   | 7      | 34.453           | 34.453    |
| Uso de Bem Público (UBP) - direito de outorga - Amortização  | 8 e 16 | 65               | 65        |
| Uso de Bem Público (UBP) - direito de outorga - Atualização monetária                                  | 8 e 17 | 804              | 315       |
| Amortização de ativo de direito de uso   | 9      | 188              | 192       |
| Juros sobre passivo de arrendamento  | 9      | 40               | 31        |
| Baixa de ativo imobilizado   | 7      | 31               | -         |
| Resultado de equivalência patrimonial  | 6      | (1.224)          | (2.644)   |
| Provisão para demandas judiciais   | 13     | (90)             | (117)     |
| Baixa de mútuos a receber  | 19     | 1.500            | -         |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos   | 11     | 25.349           | 51.551    |
| Amortização de despesa de contratação  | 11     | 1.514            | 514       |
| IOF sobre mútuo a receber  |        | -                | (1.364)   |
| Perda com operações descontinuadas   |        | -                | 135.414   |
| <b>(Aumento) redução nos ativos operacionais</b>   |        |                  |           |
| Contas a receber de clientes   |        | 12.122           | 4.316     |
| Contas a receber - Partes relacionadas   |        | (9.691)          | 2.441     |
| Despesas antecipadas   |        | (287)            | 24        |
| Estoques   |        | (271)            | (1.210)   |
| Impostos e contribuições a recuperar   |        | (5.402)          | (6.465)   |
| Adiantamentos a fornecedores   |        | (882)            | -         |
| Depósitos judiciais  |        | (43)             | (207)     |
| Outras contas a receber  |        | (580)            | (117)     |
| <b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>   |        |                  |           |
| Contas a pagar - Fornecedores  |        | (3.004)          | (465)     |
| Contas a pagar - Partes relacionadas   |        | 8.592            | (28.301)  |
| Obrigações sociais e trabalhistas  |        | (200)            | (692)     |
| Impostos e contribuições a recolher  |        | 8.565            | 2.762     |
| Outras contas a pagar  |        | 227              | (43)      |
| (-) Pagamento de Uso de Bem Público (UBP)  | 8      | (545)            | (527)     |
| (-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social   |        | (6.690)          | (1.221)   |
| (-) Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros                                      | 11     | (26.654)         | (52.116)  |
| (+) Dividendos recebidos   |        | 1.630            | 20.087    |
| <b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>                      |        | <b>53.264</b>    | 50.675    |
| <b>Atividades de investimento</b>  |        |                  |           |
| Aquisição de bens para o ativo imobilizado   | 7      | (227)            | (356)     |
| Aporte e resgate de caixa restrito e depósitos restituíveis  |        | -                | 937       |
| Recebimento de empréstimo concedido à parte relacionada - principal                                    |        | -                | 77.974    |
| Caixa recebido de operações descontinuadas   |        | -                | 218.408   |
| <b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) em atividades de investimento</b>                |        | <b>(227)</b>     | 296.963   |
| <b>Atividades de financiamento</b>   |        |                  |           |
| Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal                                      | 11     | (255.188)        | (207.821) |
| Pagamento de principal e juros de passivo de arrendamento  | 9      | (225)            | (205)     |
| Dividendos pagos a acionistas controladores  |        | (177)            | (86.484)  |
| Aumento de capital   | 14     | 80.258           | 72.918    |
| <b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>                                 |        | <b>(175.332)</b> | (221.592) |
| <b>Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa</b>                          |        | <b>(122.295)</b> | 126.046   |
| <b>Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro</b>   |        | <b>134.429</b>   | 8.383     |
| <b>Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro</b>  |        | <b>12.134</b>    | 134.429   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A Tangará Energia S.A. (“Tangará” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de dezembro de 1999, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP: 22.775-028 e tem por objeto social a geração e a comercialização, inclusive na modalidade varejista, de energia de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, elaborar estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, operação, a manutenção de usinas de geração e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética, com prévia deliberação dos acionistas.

UHE explorada diretamente:

| <i>UHE</i>     | <i>Potência em MW</i> | <i>Nº da autorização ANEEL</i> | <i>Vencimento do prazo da autorização</i> | <i>Local</i>                 |
|----------------|-----------------------|--------------------------------|---|------------------------------|
| <i>Guaporé</i> | <i>120</i>            | <i>15/2000</i>                 | <i>Jul/2026</i>                           | <i>Pontes e Lacerda - MT</i> |

### 1.1. Continuidade operacional

Administração da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

### 1.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria 30 de abril de 2026.

### 1.3. Reorganização societária

Em 30 de maio de 2025, a Tangará Energia S.A. aprovou uma redução de capital social que resultou no cancelamento de 1.139.720.959 ações ordinárias e na restituição do valor correspondente aos acionistas. A restituição ocorreu por meio da transferência de ações da Apollo Comercializadora S.A., até então pertencentes ao patrimônio da própria Tangará, para os acionistas Power II Fundo de Investimento em Participações e Santo Ivo Energética S.A. Os acionistas minoritários como Luiz Antonio Machado, Amadeu Zamboni Neto e José Clovis Ribeiro Pinto, receberam valores simbólicos em dinheiro a título de restituição.

# Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

## 1.4. Descontinuação da consolidação e forma de apresentação

Em 30 de maio de 2025 a Companhia por meio de uma redução de capital transferiu a totalidade das ações da Apollo Comercializadora S.A. diretamente aos seus acionistas, acarretando a perda do controle, não havendo mais investimento em sua antiga controlada. Com a referida operação, deixou-se de verificar, de forma concomitante, os três elementos que caracterizam o controle, conforme definido pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, quais sejam: (i) poder sobre as atividades relevantes da investida; (ii) exposição, ou direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) capacidade de utilizar o poder para afetar o montante desses retornos.

Como consequência da perda de controle, na referida data, a Companhia procedeu ao desreconhecimento integral, no processo de consolidação, dos ativos, passivos e demais componentes patrimoniais anteriormente reconhecidos em relação à Apollo Comercializadora S.A., em conformidade com as disposições aplicáveis do CPC 36 (R3). Considerando que, após a operação, não houve manutenção de participação societária que configurasse controle conjunto ou influência significativa, não se aplicaram os critérios de reconhecimento e mensuração previstos no CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, inexistindo investimento remanescente a ser contabilizado.

Adicionalmente, considerando que, após a referida operação, a Companhia não detinha participação societária que lhe conferisse controle sobre quaisquer outras entidades, deixou de elaborar e apresentar demonstrações financeiras consolidadas a partir dessa data. Tal procedimento está em conformidade com o CPC 36 (R3), o qual estabelece que a consolidação deve ser aplicada exclusivamente enquanto existir controle, iniciando-se na data de sua obtenção e cessando quando ocorre a perda desse controle.

|                              | <u>30/05/2025</u> | <u>2024</u> |
|------------------------------|-------------------|-------------|
| Apollo Comercializadora S.A. | 0%                | 100%        |

### Efeitos dos ativos e passivos baixados no processo de desconsolidação

| <b>Ativo</b>                            | <u>30/05/2025</u>    | <b>Passivo</b>                                  | <u>30/05/2025</u>    |
|---|----------------------|---|----------------------|
| <b>Circulante</b>                       |                      | <b>Circulante</b>                               |                      |
| Caixa e equivalentes de caixa           | 36.754               | Contas a pagar e Fornecedores                   | 25.170               |
| Contas a receber de clientes            | 906                  | Obrigações tributárias                          | 656                  |
| Impostos e contribuições a recuperar    | 777                  | Dividendos a pagar                              | 3.174                |
| <b>Total do ativo circulante</b>        | <u><b>38.437</b></u> | <b>Total do passivo circulante</b>              | <u><b>29.000</b></u> |
| <b>Não circulante</b>                   |                      | <b>Patrimônio Líquido</b>                       |                      |
| Caixa restrito e depósitos restituíveis | 1.960                | Capital social                                  | 5.501                |
|   |                      | Reservas de lucros                              | 5.896                |
| <b>Total do ativo não circulante</b>    | <u><b>1.960</b></u>  | <b>Total do patrimônio líquido (nota 6)</b>     | <u><b>11.397</b></u> |
| <b>Total do ativo</b>                   | <u><b>40.397</b></u> | <b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b> | <u><b>40.397</b></u> |

# Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

## Efeitos no resultado o exercício no processo de desconsolidação

|   | <u>30/05/2025</u> |
|---|-------------------|
| Receita operacional líquida                                     | 4.492             |
| Custo de geração de energia                                     | (4.149)           |
| <b>Lucro bruto</b>  | <b>343</b>        |
| <b>Receitas (despesas) operacionais</b>                         |                   |
| Despesas administrativas e gerais                               | (2)               |
| Outras receitas e despesas                                      | 19                |
|   | <b>17</b>         |
| <b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>          | <b>360</b>        |
| <b>Resultado financeiro</b>                                     |                   |
| Receita financeira  | 1.572             |
| Despesa financeira  | (73)              |
|   | <b>1.499</b>      |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b> | <b>1.859</b>      |
| <b>Imposto de renda e contribuição social</b>                   |                   |
| Impostos correntes  | (635)             |
|   | <b>(635)</b>      |
| <b>Lucro líquido do exercício (Nota 6)</b>                      | <b>1.224</b>      |

## Efeitos no fluxo de caixa operacional no processo de desconsolidação

|   | <u>30.05.2025</u> |
|---|-------------------|
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>                       |                   |
| <b>Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social</b> | 1.893             |
| <b>(Aumento) redução nos ativos operacionais</b>                        |                   |
| Contas a receber de clientes  | (499)             |
| Contas a receber - Partes relacionadas                                  | (199)             |
| Impostos e contribuições a recuperar                                    | 1.080             |
| Outras contas a receber   | 1                 |
| <b>Redução nos passivos operacionais</b>                                |                   |
| Contas a pagar - Partes relacionadas                                    | (1)               |
| Obrigações tributárias  | (953)             |
| (-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social                | (401)             |
| <b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>               | <b>921</b>        |

### 1.5. Impactos do Pilar Dois

Em 23 de maio de 2023, o *International Accounting Standards Board* emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica

# Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Qualificados. A Companhia adotou essas emendas. No entanto, a administração não identificou impactos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelo valor justo. As demonstrações estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional a Companhia.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

A diretoria aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

### 2.3. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de encerramento do exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

# Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos às taxas das transações.

## 2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia a Diretoria efetuou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas apresentados nas notas explicativas abaixo:

Nota explicativa 7 – Imobilizado: Valor recuperável e vida útil dos ativos;

Nota explicativa 8 – Uso de bem público – UBP : Taxa de desconto do passivo;

Nota explicativa 13 – Provisão para demandas judiciais: Classificação dos riscos de perda;

Nota explicativa 15 – Receita operacional líquida: Receita não faturada e

Nota explicativa 18 – Imposto de renda e contribuição social: Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos.

## 2.5. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados a primeira vez em 2025

A Companhia avaliou o conteúdo das novas normas que se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito abaixo. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes.

### Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A Companhia não realizou operações de Leaseback ou aluguel de itens vendidos que sejam anteriormente de sua propriedade.

### OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em 18 de outubro de 2024 o CPC emitiu o OCPC 10 com o objetivo de tratar os requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e)1,

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Permissões de emissão (allowances)<sup>2</sup> e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos por não operar com esses produtos e não fazer parte do seu plano de negócio.

### Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

## **2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

### CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture entrada e, vigor ainda não definida.

### CPC 48 e CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros entrada em vigor em 01 de janeiro de 2026

### CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em 07 de janeiro de 2026, o Comitê de pronunciamentos contábeis emitiu o CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, que substitui equivalente ao

# Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

A Diretoria iniciou uma análise minuciosa e aprofundada sobre a entrada em vigor do referido normativo, com o objetivo de avaliar seus potenciais impactos na divulgação das demonstrações financeiras. Até a data-base deste relatório, não é possível divulgar os efeitos concretos desta adoção.

A Diretoria detidamente e não foi identificados impactos em relação a apresentação dos relatórios contábeis da Companhia.

## Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Ainda não temos a definição de uma data efetiva.

## IFRS S1 — Divulgações Gerais de Sustentabilidade e IFRS S2 — Divulgação Climática

Essas normas estabelecem princípios para a divulgação de informações relevantes sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam afetar a posição financeira, desempenho e fluxos de caixa futuros da Companhia.

## IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

# Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

A Diretoria detidamente e não foi identificados impactos em relação a apresentação dos relatórios contábeis da Companhia.

## 2.7. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera que Caixa e equivalentes de caixa são valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia. Os montantes registrados são imediatamente conversíveis em caixa e possuem risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

|                             | 2025          | 2024           |
|-----------------------------|---------------|----------------|
| Caixa e depósitos bancários | 117           | 5.793          |
| Aplicações financeiras      | 12.017        | 128.636        |
| <b>Total</b>                | <b>12.134</b> | <b>134.429</b> |

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, compostas da seguinte forma:

| Instituição financeira | Tipo            | Remuneração | 2025          | 2024           |
|------------------------|-----------------|-------------|---------------|----------------|
| Banco Itaú S.A.        | CDB             | CDI         | 12.017        | 90.748         |
| Banco BTG Pactual S.A. | Fundo DI (BKFD) | CDI         | -             | 37.888         |
| <b>Total</b>           |                 |             | <b>12.017</b> | <b>128.636</b> |

## 4. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal das atividades. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do reconhecimento de receitas onde haja razoável certeza de que fluxos de caixa futuros fluirão para a Companhia em valor igual ao registrado.

Caso haja incerteza de sua realização, uma provisão é registrada. A provisão para a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") é constituída com base nas perdas esperadas pela Companhia, na análise individualizada dos clientes e nas negociações em andamento dos saldos com seus clientes.

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

|  | 2025         | 2024          |
|--|--------------|---------------|
| Venda de energia elétrica - Não faturado     | -            | 14.732        |
| Venda de energia elétrica - Faturado         | -            | 380           |
| Venda de energia - MRE/CCEE                  | 4.285        | 1.450         |
| Contas a receber                             | 850          | 695           |
| <b>Total do contas a receber de clientes</b> | <b>5.135</b> | <b>17.257</b> |
| <br>   |              |               |
| Circulante                                   | 5.135        | 17.257        |

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

|   | 2025         | 2024          |
|---|--------------|---------------|
| Saldo a vencer                                | 5.135        | 16.353        |
| Saldo vencido há mais de 365 dias             | -            | 904           |
| <b>Total das contas a receber de clientes</b> | <b>5.135</b> | <b>17.257</b> |

### 5. Impostos e contribuições a recuperar

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

|                                       | 2025          | 2024          |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| IRPJ/CSLL                             | 9.812         | 6.238         |
| PIS/COFINS                            | 7.029         | 7.754         |
| ICMS                                  | 2             | 21            |
| IRRF sobre aplicações financeiras     | 3.397         | 825           |
| Outros                                | 29            | 29            |
| <b>Total dos impostos a recuperar</b> | <b>20.269</b> | <b>14.867</b> |

Em 31 de dezembro de 2025, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

# Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

## 6. Investimentos

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) Investimento em coligada e em controlada, para fins de demonstrações financeiras. Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação de uma entidade do Grupo no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da entidade no prejuízo de uma controlada excede a participação da entidade naquela investida (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da entidade na investida), a entidade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a entidade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da investida.

O montante de investimento na controlada é eliminado para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, enquanto o saldo do investimento no empreendimento controlado em conjunto é mantido pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme alternativa de política contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto.

As exigências do CPC 48 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento de uma entidade da Companhia em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01 (R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 01 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando a Companhia realiza uma transação com uma controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à entidade.

|                               | Participação sobre o capital total |      | Patrimônio líquido |        | Lucro (prejuízo) do exercício |       | Valor dos investimentos |        | Equivalência patrimonial |       |
|-------------------------------|------------------------------------|------|--------------------|--------|-------------------------------|-------|-------------------------|--------|--------------------------|-------|
|                               | 2025                               | 2024 | 2025               | 2024   | 2025                          | 2024  | 2025                    | 2024   | 2025                     | 2024  |
| <b>Investimento</b>           |                                    |      |                    |        |                               |       |                         |        |                          |       |
| Apollo Comercializadora Ltda. | 0%                                 | 100% | 6.298              | 10.140 | 2.473                         | 2.644 | -                       | 10.140 | 1.224                    | 2.644 |

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

A movimentação do investimento em controladas é como segue:

| Controladas                   | Percentual de participação | Saldo em 2024 | Equivalência patrimonial (nota 1.4) | Dividendos | Perda de controle (nota 1.4) | Saldo em 2025 |
|-------------------------------|----------------------------|---------------|-------------------------------------|------------|------------------------------|---------------|
| Apollo Comercializadora Ltda. | 100%                       | 10.140        | 1.224                               | 33         | (11.397)                     | -             |

  

| Controladas                   | Percentual de participação | Patrimônio líquido | Equivalência patrimonial | Dividendos | Saldo em 2024 |
|-------------------------------|----------------------------|--------------------|--------------------------|------------|---------------|
| Apollo Comercializadora Ltda. | 100%                       | 8.157              | 2.644                    | (661)      | 10.140        |

As principais informações sobre entidades controladas estão demonstradas a seguir:

|                               | 2025           |                  |                    |                               | 2024           |                  |                    |                               |
|-------------------------------|----------------|------------------|--------------------|-------------------------------|----------------|------------------|--------------------|-------------------------------|
|                               | Total do ativo | Total do passivo | Patrimônio líquido | Lucro (prejuízo) do exercício | Total do ativo | Total do passivo | Patrimônio líquido | Lucro (prejuízo) do exercício |
| Apollo Comercializadora Ltda. | -              | -                | -                  | -                             | 39.810         | 29.670           | 10.140             | 2.644                         |

## 7. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Os adiantamentos realizados a fornecedores, vinculados exclusivamente à aquisição ou construção de ativos imobilizados, são registrados como adições ao imobilizado, em razão de sua natureza e finalidade. Tal procedimento visa garantir que o custo dos ativos, apresentado na data-base das demonstrações financeiras, corresponda aos montantes efetivamente investidos pela Companhia.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem, custos e juros dos empréstimos intrinsecamente ligados a construção do ativo conforme disposto no CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos, até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

# Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

## Método de depreciação:

Para os ativos de geração, a depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitando-se ao prazo final das outorgas e concessões, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão ou autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL e no caso das usinas hidrelétricas, limitadas ao prazo de concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2025 e 2024 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual de seus ativos.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

|   | <u>Vida útil</u> |
|---|------------------|
| Máquinas, equipamentos e instalações    | 10 a 40 anos     |
| Reservatórios barragens e adutoras      | 30 a 50 anos     |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 30 a 50 anos     |

## Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão na data do balanço.

A Companhia analisou em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

## Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10 e CPC 27, a Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens integrados do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina). Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo no ativo imobilizado da Companhia e são amortizados de forma linear pelo tempo da outorga.

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Segue abaixo a movimentação do ativo imobilizado:

|   | 2025                 |                       |                       | 2024           |                      |
|---|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------|----------------------|
|   | Custo                | Depreciação acumulada | Valor líquido         | Valor líquido  |                      |
| <u>Em serviço</u>                       |                      |                       |                       |                |                      |
| Terrenos                                | 1.743                | -                     | 1.743                 | 1.743          |                      |
| Máquinas e equipamentos                 | 136.723              | (82.069)              | 54.654                | 57.307         |                      |
| Reservatórios, barragens e adutoras     | 105.330              | (60.815)              | 44.515                | 51.655         |                      |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 25.591               | (12.356)              | 13.235                | 13.618         |                      |
| Mais-Valia                              | 271.116              | (265.903)             | 5.213                 | 29.492         |                      |
| <u>Em curso</u>                         |                      |                       |                       |                |                      |
| Estoque de ativo fixo                   | 532                  | -                     | 532                   | 676            |                      |
| Bens em andamento                       | 2.130                | -                     | 2.130                 | 1.787          |                      |
|   | <b>543.165</b>       | <b>(421.143)</b>      | <b>122.022</b>        | <b>156.278</b> |                      |
|   | <b>Saldo em 2024</b> | <b>Adição</b>         | <b>Transferências</b> | <b>Baixas</b>  | <b>Saldo em 2025</b> |
| <u>Em serviço</u>                       |                      |                       |                       |                |                      |
| Terrenos                                | 1.743                | -                     | -                     | -              | 1.743                |
| Máquinas e equipamentos                 | 136.725              | -                     | (2)                   | -              | 136.723              |
| Reservatórios, barragens e adutoras     | 105.329              | -                     | 1                     | -              | 105.330              |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 25.592               | -                     | (1)                   | -              | 25.591               |
| Mais-Valia                              | 271.116              | -                     | -                     | -              | 271.116              |
| <u>Em curso</u>                         |                      |                       |                       |                |                      |
| Estoque de ativo fixo                   | 676                  | -                     | (115)                 | (29)           | 532                  |
| Bens em andamento                       | 1.787                | 227                   | 117                   | (2)            | 2.130                |
|   | 542.968              | 227                   | -                     | (31)           | 543.165              |
|   | <b>Saldo em 2023</b> | <b>Adição</b>         | <b>Transferências</b> | <b>Baixas</b>  | <b>Saldo em 2024</b> |
| <u>Em serviço</u>                       |                      |                       |                       |                |                      |
| Terrenos                                | 1.743                | -                     | -                     | -              | 1.743                |
| Máquinas e equipamentos                 | 136.417              | -                     | 308                   | -              | 136.725              |
| Reservatórios, barragens e adutoras     | 105.329              | -                     | -                     | -              | 105.329              |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 25.583               | -                     | 9                     | -              | 25.592               |
| Mais-Valia                              | 271.116              | -                     | -                     | -              | 271.116              |
| <u>Em curso</u>                         |                      |                       |                       |                |                      |
| Estoque de ativo fixo                   | 528                  | 148                   | -                     | -              | 676                  |
| Bens em andamento                       | 1.896                | 208                   | (317)                 | -              | 1.787                |
|   | 542.612              | 356                   | -                     | -              | 542.968              |

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

| Depreciação                             | Saldo em 2024    | Adição          | Transferências | Baixas | Saldo em 2025    |
|---|------------------|-----------------|----------------|--------|------------------|
| <u>Em serviço</u>                       |                  |                 |                |        |                  |
| Máquinas e equipamentos                 | (79.418)         | (2.647)         | (4)            | -      | (82.069)         |
| Reservatórios, barragens e adutoras     | (53.674)         | (7.142)         | 1              | -      | (60.815)         |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | (11.974)         | (385)           | 3              | -      | (12.356)         |
| Mais-Valia                              | (241.624)        | (24.279)        | -              | -      | (265.903)        |
|   | <b>(386.690)</b> | <b>(34.453)</b> | -              | -      | <b>(421.143)</b> |

  

| Depreciação                             | Saldo em 2023    | Adição          | Transferências | Baixas | Saldo em 2024    |
|---|------------------|-----------------|----------------|--------|------------------|
| <u>Em serviço</u>                       |                  |                 |                |        |                  |
| Máquinas e equipamentos                 | (76.771)         | (2.646)         | -              | -      | (79.418)         |
| Reservatórios, barragens e adutoras     | (46.532)         | (7.142)         | -              | -      | (53.674)         |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | (11.589)         | (386)           | -              | -      | (11.974)         |
| Mais-Valia                              | (217.345)        | (24.279)        | -              | -      | (241.624)        |
|   | <b>(352.237)</b> | <b>(34.453)</b> | -              | -      | <b>(386.690)</b> |

### 8. Uso de bem público - UBP

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hídrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso de Bem Público ("UBP").

O registro contábil é feito no momento da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente.

O saldo do ativo é amortizado pelo prazo da concessão desde o momento em que a usina entrou em operação. O saldo do passivo é atualizado mensalmente pelos encargos financeiros (*pró-rata temporis*), conforme determinado no respectivo contrato de concessão, e a contrapartida dessa atualização monetária é registrada como despesa financeira - variação monetária passiva. O valor presente das parcelas foi calculado utilizando uma taxa de desconto de 3,5% ao ano tomando como base TJLP na data da concessão de 8% e a expectativa de inflação em 3,75%.

A movimentação do ativo de UBP é como segue:

| Ativo                 | 2025      | 2024       |
|-----------------------|-----------|------------|
| Saldo inicial         | 103       | 168        |
| Amortização (Nota 16) | (65)      | (65)       |
| <b>Saldo final</b>    | <b>38</b> | <b>103</b> |

# Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

A movimentação do passivo de UBP é como segue:

| <b>Passivo</b>                               | <b>2025</b> | <b>2024</b> |
|--|-------------|-------------|
| Saldo inicial                                | 13          | 225         |
| Atualização monetária provisionada (Nota 17) | 804         | 315         |
| Pagamento                                    | (545)       | (527)       |
| <b>Saldo final</b>                           | <b>272</b>  | <b>13</b>   |
| Passivo circulante                           | 272         | 13          |

## 9. Ativo de direito de uso e Arrendamento

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, respeitando também a data limite da autorização da operação, conforme abaixo:

- Veículos automotores e outros equipamentos: 36 meses (delimitado pela data autorização da operação).

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo, arrendamentos de ativos de baixo valor e para aqueles em que os pagamentos são atrelados a fatores variáveis, sendo reconhecido os pagamentos de arrendamento como uma despesa em uma base linear ao longo do prazo do contrato, conforme disposto no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

A composição e movimentação do Ativo de direito de uso é como segue:

|              | <b>2025</b>          |                              |                      | <b>2024</b>          |
|--------------|----------------------|------------------------------|----------------------|----------------------|
|              | <b>Custo</b>         | <b>Amortização acumulada</b> | <b>Valor líquido</b> | <b>Valor líquido</b> |
| Veículos     | 565                  | (282)                        | 283                  | 471                  |
|              | 565                  | (282)                        | 283                  | 471                  |
| <b>Custo</b> | <b>Saldo em 2024</b> | <b>Adição</b>                | <b>Baixa</b>         | <b>Saldo em 2025</b> |
| Veículos (a) | 929                  | -                            | (364)                | 565                  |
|              | 929                  | -                            | (364)                | 565                  |

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

|                    |                      |               |              |                      |
|--------------------|----------------------|---------------|--------------|----------------------|
| <b>Custo</b>       | <b>Saldo em 2023</b> | <b>Adição</b> | <b>Baixa</b> | <b>Saldo em 2024</b> |
| Veículos           | 358                  | 571           | -            | 929                  |
|                    | 358                  | 571           | -            | 929                  |
| <b>Amortização</b> | <b>Saldo em 2024</b> | <b>Adição</b> | <b>Baixa</b> | <b>Saldo em 2025</b> |
| Veículos (a)       | (458)                | (188)         | 364          | (282)                |
|                    | (458)                | (188)         | 364          | (282)                |
| <b>Amortização</b> | <b>Saldo em 2023</b> | <b>Adição</b> | <b>Baixa</b> | <b>Saldo em 2024</b> |
| Veículos           | (266)                | (192)         | -            | (458)                |
|                    | (266)                | (192)         | -            | (458)                |

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos de arrendamento são como segue:

|                                      | 2025       |                | 2024       |                |
|--------------------------------------|------------|----------------|------------|----------------|
|                                      | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Valor nominal dos pagamentos futuros | 212        | 249            | 248        | 437            |
| Ajuste a valor presente              | (21)       | (112)          | (40)       | (132)          |
| <b>Total</b>                         | <b>191</b> | <b>137</b>     | <b>208</b> | <b>305</b>     |

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 11,06%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

|                                    | 2025       | 2024       |
|------------------------------------|------------|------------|
| Saldo inicial                      | 513        | 116        |
| Adições                            | -          | 571        |
| Pagamentos                         | (225)      | (205)      |
| Juros sobre arrendamento (Nota 17) | 40         | 31         |
| <b>Saldo final</b>                 | <b>328</b> | <b>513</b> |

Cronograma de vencimento do saldo não circulante em 31 de dezembro de 2025:

| Ano  |     |
|------|-----|
| 2027 | 137 |
|      | 137 |

## 10. Contas a pagar e Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

|                                  | 2025         | 2024         |
|----------------------------------|--------------|--------------|
| Fornecedores                     | 2.544        | 1.862        |
| Compra de energia - Não faturado | 1.569        | -            |
| Compra de energia - Faturado     | -            | 4.698        |
| Contas a pagar - MRE & CCEE      | 2.440        | -            |
| Taxas ANEEL                      | -            | 2.997        |
|                                  | <b>6.553</b> | <b>9.557</b> |

### 11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures contratados pela Companhia estão sujeitos a cláusulas restritivas (*covenants*) de natureza financeira e não financeira. A Diretoria realiza monitoramento contínuo e detalhado dos indicadores exigidos, com o objetivo de assegurar a conformidade contratual e mitigar riscos que possam resultar em descumprimento, evitando, assim, impactos adversos na liquidez, na estrutura de capital e na operação.

Com a realização do pagamento integral da dívida ao longo do ano de 2025, não existem mais obrigações de *covenants* em 31 de dezembro de 2025.

As despesas incorridas na captação de empréstimos e financiamentos são registradas como custos diferidos e apropriadas ao resultado financeiro da Companhia de forma sistemática, ao longo do prazo contratual, utilizando o método da taxa efetiva de juros, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostos da seguinte forma:

| Credor   | Modalidade              | Encargos             | 2025             |                | 2024        |                |
|--|-------------------------|----------------------|------------------|----------------|-------------|----------------|
|  |                         |                      | Circulante       | Não circulante | Circulante  | Não circulante |
| <u>Em moeda nacional</u>                                 |                         |                      |                  |                |             |                |
| Banco Bradesco S.A.                                      | 1ª emissão - Debêntures | 100% CDI + 1,4% a.a. | -                | -              | 32.712      | 223.781        |
| Total  |                         |                      | -                | -              | 32.712      | 223.781        |
|  |                         |                      |                  |                |             |                |
|  | Despesa de contratação  |                      | -                | -              | -           | (1.514)        |
| Total  |                         |                      | -                | -              | 32.712      | 222.267        |
|  |                         |                      |                  |                |             |                |
|  |                         |                      | <b>2025</b>      |                | <b>2024</b> |                |
| Saldo inicial  |                         |                      | <b>256.493</b>   |                | 464.879     |                |
| Juros provisionados (Nota 17)                            |                         |                      | <b>25.349</b>    |                | 51.551      |                |
| Amortização de principal                                 |                         |                      | <b>(255.188)</b> |                | (207.821)   |                |
| Pagamento de juros                                       |                         |                      | <b>(26.654)</b>  |                | (52.116)    |                |
| Saldo antes das despesas de contratação                  |                         |                      | -                |                | 256.493     |                |
| Saldo inicial  |                         |                      | <b>(1.514)</b>   |                | (2.028)     |                |
| Amortização da despesa de contratação (Nota 17)          |                         |                      | <b>1.514</b>     |                | 514         |                |
| Total das despesas de contratação                        |                         |                      | -                |                | (1.514)     |                |
| Saldo final dos empréstimos, financiamentos e debêntures |                         |                      | -                |                | 254.979     |                |

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### Empréstimos e financiamentos – Banco Bradesco S.A:

Em 16 de dezembro de 2025, a Tangará Energia S.A. liquidou integralmente sua primeira emissão de debêntures.

## 12. Obrigações tributárias

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

|                     | <b>2025</b>  | <b>2024</b> |
|---------------------|--------------|-------------|
| IRPJ/CSLL           | <b>3.019</b> | -           |
| PIS/COFINS          | <b>1.108</b> | 616         |
| ISS                 | <b>47</b>    | -           |
| INSS                | <b>24</b>    | 8           |
| IOF                 | -            | 32          |
| Retido de terceiros | <b>76</b>    | 233         |
| Outros              | <b>72</b>    | 85          |
|                     | <b>4.346</b> | 974         |

## 13. Provisão para demandas judiciais

As provisões existentes na Companhia estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A diretoria da Companhia classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

### Perda provável:

São processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado; processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa.

# Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

## Perda possível:

São processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

## Perda remota:

São processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A diretoria da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

A Diretoria realiza, de forma periódica, análises de sensibilidade relacionadas às alterações nas premissas e estimativas utilizadas na mensuração das provisões para demandas judiciais. Com base na avaliação efetuada, não foram identificadas mudanças que resultassem em impactos relevantes ou ajustes contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

Os saldos das demandas judiciais prováveis estão demonstrados a seguir:

|                     | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---------------------|-------------|-------------|
| Riscos trabalhistas | -           | 90          |
| Total               | -           | <b>90</b>   |

A movimentação das demandas judiciais prováveis estão demonstrados a seguir:

|                               | <u>Trabalhistas</u> |
|-------------------------------|---------------------|
| <b>31 de dezembro de 2023</b> | 207                 |
| Baixa                         | (117)               |
| <b>31 de dezembro de 2024</b> | <b>90</b>           |
| Baixa                         | <b>(90)</b>         |
| <b>31 de dezembro de 2025</b> | <b>-</b>            |

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:

|                          | 2025  | 2024   |
|--------------------------|-------|--------|
| Riscos cíveis            | 566   | -      |
| Riscos trabalhistas      | -     | 779    |
| Admin./Judic. tributário | 6.041 | 16.280 |
| Total                    | 6.607 | 17.059 |

### Ações cíveis:

Em 31 de dezembro de 2025 existem processos cíveis, classificados como perda possível no montante de R\$566, referente a (i) uma ação ordinária (declaratória de nulidade) no montante de R\$71; (ii) uma indenizatória por perdas e danos e lucros cessantes no montante de R\$495.

### Ações admin./Judic. tributário

Em 31 de dezembro de 2025 existem processos classificados como perda possível no montante de R\$6.041 (R\$16.280 em 31 de dezembro de 2024), referente a um auto de infração perante a SEFAZ.

## 14. Patrimônio líquido

### Capital social:

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$220.337 (R\$151.476 em 2024), dividido em 33.888.255.917 (trinta e três bilhões, oitocentos e oitenta e oito milhões, duzentas e vinte e cinco mil, novecentos e dezessete ações) em 2025, e 25.002.161.394 (vinte e cinco bilhões, dois milhões, cento e sessenta e uma mil trezentos e noventa e quatro ações) em 2024, nominativas, sem valor nominal.

Em 30 de maio de 2025, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução do capital social da Companhia no valor de R\$11.397, com o cancelamento de 1.139.720.959 ações, em razão da reorganização societária ocorrida, o valor da redução de capital foi devolvido aos acionista em forma das ações de sua antiga controlada a Apollo Comercializadora (Nota 1.3).

Em 1 de dezembro de 2025, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram o aumento de capital no montante de R\$88.258, com a emissão de 8.025.785.482 sem valor nominal.

O total dos movimentos no capital social foi um aumento no montante de R\$68.861.

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### Reservas de lucros:

#### *Reserva legal:*

Sobre a reserva legal o estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

#### *Reserva de retenção de lucros:*

O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

#### *Reservas de capital:*

A reserva de capital, registrada no patrimônio líquido de Tangará se refere ao registro em setembro de 2017, mediante a incorporação reversa do acervo líquido dos ativos e passivos do antigo controlador direto da Companhia, a entidade Turmalina Energética S.A., na qual a controlada Tangará sucedeu a controladora Turmalina no direito de amortização, para fins fiscais.

### Ajuste de avaliação patrimonial:

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado da Companhia realizada em 1º de janeiro de 2009, em acordo com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial”. Os valores serão transferidos a conta de “Lucros acumulados” na mesma proporção em que o ativo imobilizado foi depreciado e o Imposto de Renda e Contribuição Social apropriado ao resultado.

A Companhia efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2019 e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos. O aumento da vida útil também foi refletido no ajuste de avaliação patrimonial na mesma proporção de forma que a vida útil remanescente depreciável finalize dentro do mesmo período.

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### Dividendos:

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Não houve declaração de dividendos no exercício de 2025.

### *Deliberações do exercício de 2024:*

Em 22 de março de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$11.077.

Em 26 de junho de 2024, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$30.155.

O total de dividendos declarados no exercício de 2024 foi de R\$41.232.

## 15. Receita operacional líquida

### Reconhecimento da receita

A receita operacional da Companhia é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência persuasiva de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização, conforme disposto no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

### Venda de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de venda de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

# Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

|   | 2025            | 2024           |
|---|-----------------|----------------|
| <b>Receita operacional bruta</b>                          |                 |                |
| <u>Fornecimento de energia</u>                            |                 |                |
| Venda de energia elétrica                                 | 92.012          | 205.004        |
| Venda de energia elétrica - partes relacionadas (Nota 19) | 46.275          | -              |
| Resultado com MRE e CCEE                                  | 7.241           | 5.749          |
|   | <b>145.528</b>  | <b>210.753</b> |
| <u>Deduções da receita operacional bruta</u>              |                 |                |
| <u>Impostos sobre a venda</u>                             |                 |                |
| PIS   | (2.034)         | (1.586)        |
| COFINS  | (9.373)         | (7.319)        |
|   | <b>(11.407)</b> | <b>(8.905)</b> |
| <b>Receita operacional líquida</b>                        | <b>134.121</b>  | <b>201.848</b> |

## 16. Custos e despesas operacionais

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

|  | 2025            | 2024            |
|--|-----------------|-----------------|
| <b>Custo do serviço de energia elétrica</b>                |                 |                 |
| Compra de energia elétrica – Mercado livre                 | (25.251)        | (46.901)        |
| Compra de energia elétrica – Partes relacionadas (Nota 19) | (4.885)         | (5.571)         |
| (-) Impostos sobre compra de energia elétrica              | 1.322           | -               |
| Royalties ANEEL  | (16.946)        | (14.388)        |
| <b>Total custo do serviço de energia elétrica</b>          | <b>(45.760)</b> | <b>(66.860)</b> |
| <b>Custo com a operação</b>                                | <b>2025</b>     | <b>2024</b>     |
| Impostos, licenças e taxas                                 | (18)            | (136)           |
| Viagens  | (75)            | (94)            |
| Serviços de terceiros                                      | (2.424)         | (2.406)         |
| Seguros  | (4.077)         | (9.552)         |
| Pessoal  | (2.240)         | (5.296)         |
| Depreciação (Nota 7)                                       | (34.453)        | (34.453)        |

# Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

|   |                 |                  |
|---|-----------------|------------------|
| Amortização do ativo de direito de uso (Nota 9)           | (188)           | (193)            |
| Amortização do UBP (Nota 8)                               | (65)            | (65)             |
| Manutenção  | (427)           | (379)            |
| MRE / CCEE  | (9.293)         | (1.497)          |
| Telecomunicações  | (209)           | -                |
| Alugueis e utilidades                                     | -               | (1)              |
| Outros  | -               | (417)            |
| <b>Total custo com a operação</b>                         | <b>(53.469)</b> | <b>(54.489)</b>  |
| <b>Total de custos</b>                                    | <b>(99.229)</b> | <b>(121.349)</b> |
| <b>Despesas gerais</b>                                    | <b>2025</b>     | <b>2024</b>      |
| Viagens   | (1)             | -                |
| Serviços de terceiros                                     | (870)           | (368)            |
| Seguros   | (7)             | -                |
| Pessoal   | (33)            | -                |
| Promoção e publicidade                                    | (23)            | (19)             |
| Serviços de administração – partes relacionadas (Nota 19) | (1.202)         | (1.129)          |
| <b>Total das despesas administrativas e gerais</b>        | <b>(2.136)</b>  | <b>(1.516)</b>   |

## 17. Resultado financeiro

A Companhia reconhece o resultado financeiro, incluindo receitas e despesas financeiras, com base no regime de competência, ou seja, à medida que são incorridas, independentemente do momento do recebimento ou desembolso de caixa.

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

|                                     |               |              |
|-------------------------------------|---------------|--------------|
| <b>Receita financeira</b>           | <b>2025</b>   | <b>2024</b>  |
| Receitas com aplicações financeiras | 11.354        | 5.526        |
| Variação cambial                    | -             | 334          |
| <b>Total</b>                        | <b>11.354</b> | <b>5.860</b> |

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, atualização monetária dos passivos de longo prazo, reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

|   |                 |                 |
|---|-----------------|-----------------|
| <b>Despesa financeira</b>                         | <b>2025</b>     | <b>2024</b>     |
| Juros de empréstimos e financiamentos (Nota 11)   | (25.349)        | (51.551)        |
| Juros de obrigações regulatórias – UBP (Nota 8)   | (804)           | (315)           |
| Juros de passivo de arrendamento (Nota 9)         | (40)            | (31)            |
| Amortização das despesas de contratação (Nota 11) | (1.514)         | -               |
| Despesas com letras de créditos                   | (1.574)         | (1.091)         |
| Imposto sobre operações financeiras               | (11)            | -               |
| Impostos sobre aplicações financeiras             | (608)           | -               |
| Multa e juros                                     | (101)           | (1.290)         |
| Outras despesas financeiras                       | -               | (323)           |
| <b>Total</b>                                      | <b>(30.001)</b> | <b>(54.601)</b> |

# Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

## 18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

A Diretoria avaliou a existência de incertezas relacionadas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, conforme previsto no ICPC 22, e concluiu que não foram identificados impactos relevantes na apuração do imposto.

|  | 2025          | 2024     |
|--|---------------|----------|
| <b>Corrente</b>  |               |          |
| Imposto de renda   | (2.204)       | -        |
| Contribuição social  | (802)         | -        |
| Total com despesas de impostos   | (3.006)       | -        |
|  | 2025          | 2024     |
| <b>Diferido</b>  |               |          |
| Imposto de renda   | 1.175         | 313      |
| Contribuição social  | 334           | 502      |
| Total com despesas de impostos   | 1.509         | 815      |
|  | 2025          | 2024     |
| <b>Lucro antes de imposto de renda e contribuição social</b>                     | <b>13.747</b> | 29.755   |
|  | <b>34%</b>    | 34%      |
| Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (*) | (4.674)       | (10.117) |
| Adições e exclusões:   |               | -        |
| Resultado de equivalência patrimonial  | 416           | 899      |
| Amortização Mais-Valia   | 1.534         | 3.987    |
| Diferido – variação alíquota 25% para 6,25%                                      | -             | 6.046    |
| Compensação prejuízo fiscal  | 1.298         | -        |
| Outras adições e exclusões   | (71)          | -        |
| Total despesa de imposto de renda e contribuição social                          | (1.497)       | 815      |
|  | 2025          | 2024     |
| Aliquota efetiva de imposto %  | <b>10,88%</b> | (2,73%)  |

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a entidade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. As diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, foram reconhecidos, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa não foram registrados pelo fato de a Companhia não ter expectativa de apuração de lucros fiscais futuros para realização dos referidos créditos tributários.

Os saldos patrimoniais de impostos de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir os saldos da controladora e consolidado:

|  | 2025            |                | 2024            |                |
|--|-----------------|----------------|-----------------|----------------|
|  | Base de cálculo | Saldo IR e CS  | Base de cálculo | Saldo IR e CS  |
| <b>Ativo</b>   |                 |                |                 |                |
| Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social | 332.543         | 113.064        | 328.583         | 115.408        |
| Provisões temporárias                                    | 188             | 64             | 1.889           | 288            |
| (-) Créditos fiscais não constituídos                    | (324.765)       | (110.420)      | (319.421)       | (112.117)      |
| <b>Passivo</b>   |                 |                |                 |                |
| (-) Depreciação/baixas                                   | (22.605)        | (7.686)        | (23.591)        | (8.021)        |
| Amortização do GSF                                       | (3.509)         | (1.192)        | (9.524)         | (3.238)        |
| <b>Total Impostos diferidos reconhecidos – Passivo</b>   | <b>(18.148)</b> | <b>(6.170)</b> | <b>(22.064)</b> | <b>(7.680)</b> |

### 19. Transações com partes relacionadas

Em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo CPC 05 (R1) / Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Companhia considera como partes relacionadas todas as entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia. Essa definição abrange também transações, saldos e operações realizadas entre essas partes.

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, com exceção a rubrica de empréstimos a receber (Nota 9). Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

| Ativo   | Notas | 2025          | 2024          |
|---|-------|---------------|---------------|
| <b>Contas a receber</b>                         |       |               |               |
| TERP GLBL Brasil I Participações Ltda.          | (a)   | 12            | -             |
| Elera Renováveis S.A.                           | (a)   | 8.769         | 8             |
| Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.             | (a)   | 4             | -             |
| Lethe Energia S.A.                              | (a)   | 31            | -             |
| Geração Central Eólica Renascença I S.A.        | (a)   | 3             | -             |
| Cotiporã Energética S.A.                        | (a)   | -             | 1             |
| Energética Campos de Cima da Serra Ltda.        | (a)   | -             | 1             |
| Energética Rio Pedrinho Ltda.                   | (a)   | -             | 1             |
| Lagoa Azul Energética S.A.                      | (a)   | -             | 1             |
| Lumbrás Energética S.A.                         | (a)   | -             | 1             |
| Pantanal Energética Ltda.                       | (a)   | -             | 1             |
| Salto Jaurú Energética S.A.                     | (a)   | -             | 1             |
| Zona da Mata Geração S.A.                       | (a)   | -             | 1             |
| Power II Fundo de Investimento em Participações | (a)   | 2             | 2             |
| Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.        | (a)   | 13            | 12.488        |
| Elera Comercializadora Ltda.                    | (a)   | 13.368        | 5             |
| <b>Total</b>                                    |       | <b>22.202</b> | <b>12.511</b> |

# Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

|  | Notas   | 2025    | 2024    |
|--|---------|---------|---------|
| <b>Dividendos a receber</b>                    |         |         |         |
| Apollo Comercializadora Ltda.                  | (b)     | -       | 3.174   |
| Total  |         | -       | 3.174   |
| <b>Mútuos a receber</b>                        |         |         |         |
| Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.           | (c)     | -       | 1.500   |
| Total  |         | -       | 1.500   |
| <b>Passivo</b>                                 |         |         |         |
| <b>Contas a pagar</b>                          |         |         |         |
| Mineração Santa Elina Ind e Com S.A.           | (d)     | 3.828   | -       |
| Elera Renováveis S.A.                          | (d)     | 189     | 327     |
| Elera Comercializadora Ltda.                   | (d)     | 4.902   | -       |
| Total  |         | 8.919   | 327     |
| <b>Dividendos a pagar</b>                      |         |         |         |
| Investimentos Sustentáveis FIP Multiestratégia | (e)     | -       | 177     |
| Total  |         | -       | 177     |
| <b>Receita</b>                                 |         |         |         |
| <b>Venda de energia elétrica</b>               |         |         |         |
| Apollo Comercializadora Ltda.                  | (f)     | 6.708   | -       |
| Elera Renováveis S.A.                          | (f)     | 8.263   | -       |
| Elera Comercializadora Ltda.                   | (f)     | 29.634  | -       |
| Elera Gestão e Energia S.A.                    | (f)     | 1.670   | -       |
| Total  | Nota 15 | 46.275  | -       |
| <b>Custo</b>                                   |         |         |         |
| <b>Compra de energia elétrica</b>              |         |         |         |
| Elera Renováveis S.A.                          | (g)     | (2.935) | (3.846) |
| Elera Comercializadora Ltda.                   | (g)     | (1.950) | (1.425) |
| Apollo Comercializadora Ltda.                  | (g)     | -       | (300)   |
| Total  | Nota 16 | (4.885) | (5.571) |
| <b>Serviço de administração</b>                |         |         |         |
| Elera Renováveis S.A.                          | (h)     | (1.202) | (1.129) |
| Total  | Nota 16 | (1.202) | (1.129) |

- (a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Dividendos a serem recebidos das entidades controladas no exercício de 2024;
- (c) Operações de mútuos a pagar entre a Companhia e empresas do grupo (Nota 19);
- (d) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (e) Dividendos a serem pagos para empresas controladoras do Grupo;
- (f) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (g) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (h) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;

# Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Em 2025 e 2024, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as companhias do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

## 20. Cobertura de seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade, os prêmios de seguros são reconhecidos no resultado a medida que incorridos. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2025 é de R\$441.017 para os bens vinculados à autorização, com vigência até 30 de setembro de 2026. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$550.000 (R\$700.000 em 31 de dezembro de 2024).

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

## 21. Instrumentos financeiros e gerenciamento e risco

### Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

### Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados conforme demonstrado abaixo:

| Ativo Financeiro                       | 2025             |                                   |        | 2024             |                                   |         |
|--|------------------|-----------------------------------|--------|------------------|-----------------------------------|---------|
|  | Custo amortizado | Valor justo por meio do resultado | Total  | Custo amortizado | Valor justo por meio do resultado | Total   |
| Caixa e equivalentes de caixa          | 117              | -                                 | 117    | 5.793            | -                                 | 5.793   |
| Aplicações financeiras                 | -                | 12.017                            | 12.017 | -                | 128.636                           | 128.636 |
| Contas a receber de clientes           | 5.135            | -                                 | 5.135  | 17.257           | -                                 | 17.257  |
| Contas a receber - Partes relacionadas | 22.202           | -                                 | 22.202 | 12.511           | -                                 | 12.511  |
| Mútuos a receber                       | -                | -                                 | -      | 1.500            | -                                 | 1.500   |
| Dividendos a receber                   | -                | -                                 | -      | 3.174            | -                                 | 3.174   |
| Adiantamentos a fornecedores           | 4.819            | -                                 | 4.819  | 3.937            | -                                 | 3.937   |

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

|                         |               |               |               |        |         |         |
|-------------------------|---------------|---------------|---------------|--------|---------|---------|
| Depósitos judiciais     | 280           | -             | 280           | 237    | -       | 237     |
| Outras contas a receber | 2.508         | -             | 2.508         | 1.928  | -       | 1.928   |
| <b>Total</b>            | <b>35.061</b> | <b>12.017</b> | <b>47.078</b> | 46.337 | 128.636 | 174.973 |

| Passivo Financeiro                       | 2025             |                                   |               | 2024             |                                   |         |
|--|------------------|-----------------------------------|---------------|------------------|-----------------------------------|---------|
|  | Custo amortizado | Valor justo por meio do resultado | Total         | Custo amortizado | Valor justo por meio do resultado | Total   |
| Contas a pagar e Fornecedores            | 6.553            | -                                 | 6.553         | 9.557            | -                                 | 9.557   |
| Contas a pagar - Partes relacionadas     | 8.919            | -                                 | 8.919         | 327              | -                                 | 327     |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | -                | -                                 | -             | 254.979          | -                                 | 254.979 |
| Passivo de arrendamento                  | 328              | -                                 | 328           | 513              | -                                 | 513     |
| Uso de bem público – UBP                 | 272              | -                                 | 272           | 13               | -                                 | 13      |
| Dividendos a pagar                       | -                | -                                 | -             | 177              | -                                 | 177     |
| Outras contas a pagar                    | 244              | -                                 | 244           | 17               | -                                 | 17      |
| <b>Total</b>                             | <b>16.316</b>    | <b>-</b>                          | <b>16.316</b> | 265.583          | -                                 | 265.583 |

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, e estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado.

### Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela diretoria, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

#### *i) Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber.

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

A companhia possui caixa e equivalente de caixa, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é BB, conforme avaliação da agência S&P.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado.

### ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

### iii) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, para as empresas repactuadas a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para as empresas não repactuadas, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Trata-se de um mecanismo de hedge compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado Generation Scaling Factor (GSF), fazendo com que a Companhia tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo.

Para reduzir este risco da Companhia tiveram duas opções: a adesão ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia ou o controle do nível de contratação, que visa minimizar a exposição ao mercado de curto prazo.

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### *iv) Risco de não renovação da autorização e concessão*

#### Usinas hidrelétricas

A Companhia detém outorga de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

Para usinas que possuem autorização, os critérios para renovação de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. A Lei Federal nº 13.360 alterou o artigo 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

No entanto, a renovação é a critério do Poder Concedente, não havendo confirmação por nossa parte se a prorrogação será concedida de fato, nem em quais condições.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso de Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória nº 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

## Tangará Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

### 22. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

| <b>Atividades de investimento</b>  | <b>Notas</b> | <b>2025</b>    | <b>2024</b>  |
|--|--------------|----------------|--------------|
| Variação do investimento   | 6            | 10.140         | -            |
| Ajuste de dividendos   | 6            | 33             | -            |
| Reorganização societária   | 6            | (11.397)       | -            |
| <b>Variação do investimento conforme demonstrações dos fluxos de caixa</b> |              | <b>(1.224)</b> | <b>-</b>     |
| <b>Ativo de direito de uso</b>   | <b>Notas</b> | <b>2025</b>    | <b>2024</b>  |
| Total de movimentação do ativo de direito de uso                           |              | -              | (379)        |
| Adição de contratos de arrendamento  |              | -              | 571          |
| <b>Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa</b>  | <b>9</b>     | <b>-</b>       | <b>192</b>   |
| <b>Passivo de arrendamento</b>   |              | <b>2025</b>    | <b>2024</b>  |
| Total de movimentação do arrendamento                                      |              | -              | 397          |
| Adições de contratos de arrendamento                                       | 9            | -              | (571)        |
| <b>Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa</b>  |              | <b>-</b>       | <b>(174)</b> |

### 23. Eventos subsequentes

Em 23 de fevereiro de 2026, os acionistas da Companhia, Power II Fundo de Investimento em Participações e Santo Ivo Energética S.A., celebraram um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Mineração Santa Elina Indústria e Comércio S.A., tendo como objetivo a alienação da totalidade das ações de emissão da Tangará Energética S.A.

O valor total da contraprestação pactuada entre as partes é de R\$105.000, além de ajustes de preço em discussão até a data da conclusão da operação. A consumação da operação está sujeita ao cumprimento das condições precedentes estabelecidas no referido contrato, cuja verificação é necessária para a efetiva transferência da participação acionária.

\* \* \*